# PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 321/XII/1.ª

## REJEITA O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL 2012-2016 E PROPÕE PRIORIDADES PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO

### O GOVERNO INSISTE NA AUSTERIDADE

O Governo enviou à Assembleia da República o Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 (DEO), na mesma data em que o submeteu à União Europeia. O DEO estabelece o quadro de médio prazo para as finanças públicas em Portugal, e compromete o país com uma política de forte austeridade durante os próximos anos. Essa escolha, como, aliás, se comprova, tem efeitos devastadores para a economia e o emprego. O país está mergulhado numa recessão profunda. Esta realidade dá conta da urgência de romper com as políticas de austeridade e de construir um caminho de crescimento em Portugal, e não de empobrecimento.

A austeridade levou o país à maior recessão das últimas três décadas e os seus efeitos têm-se agudizado. O número de falências disparou, o desemprego também e as contas públicas ressentiram-se, com as receitas fiscais a ficar abaixo do esperado. Segundo os dados da execução orçamental do primeiro trimestre de 2012, a quebra nas receitas fiscais comparativamente ao período homólogo de 2011 é de 5,8%, mesmo depois da carga fiscal ter aumentado brutalmente. A Unidade Técnica de Apoio Orçamental já alertou para esta derrapagem real que poderá colocar em causa a execução orçamental, dando particular ênfase à quebra de receita do IVA. O caminho da austeridade coloca mais dificuldade na consolidação das contas públicas.

O DEO falha no essencial. Perante o aumento galopante da taxa de desemprego não apresenta sequer uma previsão para a evolução desta realidade, dando conta da incapacidade do Governo em medir o real impacto das suas políticas na vida dos cidadãos. Contudo, é a insistência na austeridade que tem criado tanto desemprego.

Para além da implementação de mais austeridade, o documento que determina as opções de política orçamental durante os próximos anos não inclui qualquer proposta, programa ou estratégia para promover o crescimento e combater o desemprego. Este é o reflexo da ausência de política económica do atual Governo, cujo único desígnio se centra na redução do défice orçamental, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento da economia produtiva ou o bem-estar da população.

Por outro lado, a degradação da economia provocada pelas políticas de austeridade não tem sido acompanhada por um aumento da solidariedade social, bem pelo contrário. Num momento em que a crise mais atinge as pessoas, o Governo tem procedido a cortes draconianos nos apoios sociais, com redução dos valores e da duração do subsídio de desemprego, cortes nos apoios na doença e diminuição das prestações sociais de combate à pobreza. Quando a crise se torna mais brutal, o Governo corta nos apoios aos cidadãos.

A austeridade não é inevitável, e o Bloco de Esquerda tem insistido em respostas alternativas à crise. Como contraponto aos cortes nos serviços públicos, à desregulamentação do mercado de trabalho, às reduções salariais, e às práticas cegas de consolidação orçamental, o Bloco de Esquerda reforça a necessidade de implementação de um conjunto de medidas que, por um lado, combatam o empobrecimento generalizado da população, e, por outro, respondam ao desemprego com desenvolvimento económico e criação de trabalho, nomeadamente:

- Medidas para Financiar o Investimento Público:
  - A renegociação imediata dos atuais contratos resultantes de parcerias público-privadas cujos encargos e riscos se revelem desproporcionados em detrimento da posição do Estado;
  - Redução das consultadorias na Administração Pública;
  - Criação de um Imposto sobre o Património de Luxo;

- Criação de um Imposto sobre as Mais-valias Urbanísticas;
- Aplicação de uma taxa sobre as transações financeiras.

– Medidas de Justiça na Economia:

- A reposição dos 13º e 14º meses de salário e pensões, bem como dos restantes cortes aplicados aos salários e pensões, e das 8 horas de trabalho diárias;
- A extensão e abrangência do subsídio de desemprego e de outros apoios sociais;
- O combate ao sobre-endividamento das famílias, que impeça a perda das suas casas em situação de desemprego ou quebra acentuada de rendimentos, através da possibilidade de renegociação do crédito à habitação, uma moratória total ou parcial dos pagamentos mensais ou a anulação da dívida quando a casa é entregue ao banco;
- O combate às desigualdades do sistema fiscal da tributação efetiva das atividades e instituições bancárias e financeiras através da implementação de um imposto sobre as grandes fortunas e, em contrapartida, da redução da carga fiscal (impostos diretos e indiretos) sobre os trabalhadores e pensionistas;
- O combate à fraude e evasão fiscais através do levantamento do sigilo bancário e do estabelecimento do território de tributação efetiva, que impeça a deslocalização de empresas com o objetivo de fugir ao pagamento de impostos.

– Medidas para o Crescimento da Economia

- Uma política de financiamento estratégico da economia, através da capitalização do banco público, e do estabelecimento de diretrizes mínimas em termos de crédito bancário, a cumprir pelos bancos privados que beneficiam de dinheiros públicos;
- Uma política de investimento público para a criação de emprego em áreas estratégicas;

- O abandono dos projetos de privatização de empresas estratégicas, ou daquelas que constituem monopólios naturais, como a TAP, a ANA, partes da CP, da CGD e outras;
- O estabelecimento de um programa de desenvolvimento do tecido produtivo português que inclua, nomeadamente, a recuperação do setor agrícola, piscatório e industrial;
- A rejeição das alterações ao código de trabalho que facilitam os despedimentos e promovem o desemprego e criam uma economia mais instável;
- O combate à precariedade, com o fim dos falsos recibos verdes ou do falso trabalho temporário e contratos a prazo, por via da integração em contrato efetivo de quem exerce trabalho efetivo permanente no Estado ou em empresas.

A EUROPA NÃO APRENDEU COM OS SEUS ERROS

A austeridade vem de dentro e de fora e mostra a incapacidade da Europa em responder à crise do Euro. Mas a austeridade não é solução e está a tornar-se num grande problema, lançando cada vez mais países na recessão.

A Europa tem respondido mal à crise que enfrenta e o DEO segue esse caminho errado. Os resultados das eleições recentes em França e na Grécia, embora diferentes nas suas especificidades, demonstram claramente o descontentamento dos cidadãos europeus em relação à escolha europeia pela austeridade e pelo autoritarismo. Na Europa e por todo o mundo, mais vozes se levantam em defesa da necessidade urgente de implementação de políticas de caráter contra cíclico, como aquelas acima mencionadas, para quebrar o ciclo da crise e promover o crescimento económico, sem o qual não é possível, sequer, consolidar as contas públicas de forma sustentável. Para tal, é imprescindível renunciar à austeridade que, de forma dogmática e puramente ideológica, é imposta pela troika e por este Governo, e construir a nível europeu uma resposta eficaz e solidária à crise.

O Tratado Orçamental Europeu é o exemplo de uma Europa focada apenas na austeridade. A insistência europeia na implementação de mecanismos reforçados de controlo orçamental torna impossível uma política para o crescimento e condena a Europa à recessão. O Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 é submisso a esta visão destruidora. É preciso romper com o fanatismo da austeridade e encarar a crise como ela é: uma crise do Euro.

Vários economistas já identificaram que a raiz da crise que assola a Europa se encontra nas fragilidades da construção da própria zona monetária. O Bloco de Esquerda tem apresentado diversas respostas para este problema. Medidas que permitam dotar a Zona Euro de mecanismos capazes a defender de ataques especulativos e de combater as assimetrias internas. As propostas que podem cumprir com este objetivo são as seguintes:

– Mutualização das dívidas dos Estados Membros através da criação de um mecanismo de emissão de dívida pública europeia conjunta, os chamados eurobonds;

– Garantia de empréstimo direto do Banco Central Europeu (BCE) aos Estados.

– Promoção de uma política monetária pelo BCE que potencie a competitividade das economias europeias periféricas e uma maior homogeneidade no crescimento económico da Zona Euro;

– Romper com o Tratado Orçamental Europeu, substituindo-o por um Tratado para o Crescimento e o Emprego.

## A AUSTERIDADE RECOMPENSA A ESPECULAÇÃO

O Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 insiste na austeridade e na desigualdade, incapaz de levar a cabo uma política de crescimento e de solidariedade. É, por isso mesmo, um documento que não responde às necessidades do país e que advém de um caminho errado da Europa. Centra-se unicamente no pagamento de uma dívida que, além de impagável é, em parte, ilegítima.

Impagável porque, num país incapaz de gerar riqueza e em que a recessão se agrava a cada mês, os pagamentos da dívida assumirão um peso incomportável no orçamento. Esta realidade foi comprovada pelo próprio primeiro-ministro, ao afirmar que as despesas com juros da dívida constituirão a maior despesa do Estado já em 2013. Ilegítima porque, para além da sua componente abusiva, resultante da especulação financeira e de contratos criminosos, o seu pagamento "custe o que custar" implica o empobrecimento de um povo e a destruição do futuro de um país.

Sem a coragem para rejeitar o Programa de Ajustamento, que destrói a economia, e pôr em prática um programa de reestruturação da dívida pública, que inclua o cancelamento de toda a dívida abusiva e a renegociação da dívida detida pelo BCE e pelo FMI, o país não conseguirá romper com o ciclo de recessão e endividamento em que se encontra, nem implementar as medidas que alterem o rumo da economia e do emprego.

O Bloco de Esquerda propõe por isso ao Parlamento a rejeição da orientação do Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 apresentado pelo Governo e a aprovação de recomendações no sentido de um programa alternativo, concentrado nas prioridades do crescimento, do emprego e da redução da precariedade.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:*

1. Rejeitar o Documento de Estratégia Orçamental 2012-2014 porque este contribui para o empobrecimento dos trabalhadores, dos desempregados e reformados, impede a implementação de estímulos antirecessivos e a colocação do emprego como prioridade política nacional.

2. Cancelar toda a dívida ilegítima e abusiva e renegociar imediatamente a dívida detida pelo Banco Central Europeu e pelo FMI, procedendo a uma renegociação da taxa de juro e dos prazos do empréstimo internacional contraído, estabelecendo com as instâncias credoras uma condição de teto para os pagamentos do serviço da dívida de modo a permitir um investimento público que, direcionado para a promoção da criação de emprego, qualificação dos serviços públicos e o apoio a

exportações ou substituição de importações, constitua o estímulo necessário para a recuperação da economia de modo a evitar a bancarrota.

Assembleia da República, 8 de maio de 2012.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,